

HABEAS CORPUS Nº 501.715 - SP (2019/0091736-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JEAN CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2048274-97.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante na data de 01-03-2019 como incurso no artigo 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento final deste *writ*, e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Pleiteia, por fim, a extensão dos efeitos desta decisão aos investigados Geferson Gustavo Souza de Oliveira, Alex Sandro Pires Pereira, Aldair de Quevedo Machado e Gabriel Augusto Mota, nos termos do art. 580 do código de processo penal.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 82-87):

[...]

No caso em tela, há evidências bastantes de autoria e materialidade. Apenas para permitir o entendimento da

situação fática delineada, observa-se o que consta da representação policial, constante dos autos n.º 1500240-22.2019.8.26.0624 (fls. 01/02 daqueles autos):

“Extraí-se do relatório de investigação realizado pelo SIG desta unidade policial, informações relacionadas com delito de tráfico de drogas, apontando o funcionamento hierárquico e a organização utilizada pelos traficantes que atuam no bairro São Cristovão, nesta urbe e comarca, atuando no armazenamento e distribuição dos entorpecentes, ademais, restou apurado a existência de indivíduos que estariam diretamente relacionados com a atividade ilícita do tráfico de entorpecentes na região, sendo especificado a função de cada um deles na empreitada criminoso. Após diligências e cruzamento de algumas informações privilegiadas, bem como aqueles existentes no banco de dados policiais e fontes abertas (rede sociais), apontam no sentido de certa organização, em que os gestores do crime (leia-se patrões) se dividem de acordo com o 'tipo' de droga que é comercializado, isto é: Em relação a cocaína, foi apontado que o indivíduo responsável por toda mercancia ('patrão') é um indivíduo chamado Jean Carlos, tendo como seus 'gerentes' as pessoas de Jonatan, Alisson e Aldair, pessoas estas responsáveis pela armazenagem, manipulação e distribuição deste tipo de entorpecentes aos 'vapores' (indivíduos que realizam a venda aos usuários). Com relação, a droga do tipo crack restou mencionado que o responsável por toda a mercancia da droga seria um indivíduo chamado Geferson Gustavo, vulgo 'Geffinho', sendo os seus 'gerentes do crime', as pessoas de nome Samuel e Motinha, sendo estes responsáveis pela armazenagem, manipulação e distribuição desses entorpecentes aos 'vapores' (pessoas responsáveis pela venda do entorpecente aos usuários). Já, em relação a droga do tipo 'maconha' não foi apontado nenhuma pessoa como sendo o patrão, sendo somente apontada uma pessoa de nome Brendo, como sendo o 'gerente', pessoa esta responsável pela armazenagem, manipulação e distribuição das Drogas do tipo maconha aos 'vapores'. Grifei.

[...]

Portanto, os elementos colhidos indicam, em tese, o entrelaçamento dos aludidos acusados, não se podendo desprezar o fato de que o resultado concreto da busca e apreensão foi expressivo, mostrando-se compatível, tem

tese, com a efetiva existência de associação criminosa de grande envergadura, voltada à traficância de entorpecentes. E, embora o ora paciente não tenha sido nominalmente citado pelos com réus como seu líder, condição que lhe foi atribuída durante as investigações, tem-se que, como visto, o acusado Allison, verbi gratia, afirmou expressamente que “não deseja informar a pessoa que lhe fornece a droga que vende”. É notório, deveras, que em grupos desta natureza os subordinados (pessoas flagradas portando diretamente material ilícito) normalmente não apontam os que exercem funções de liderança, o que dificulta sobremaneira as apurações. Contudo, o fato desta recusa haver sido explicitada, em combinação com o contexto existente, demonstra que a prisão preventiva do paciente, ora em foco, revela sua utilidade para garantia da instrução criminal, de modo a que as apurações frutifiquem, bem como para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a própria ordem pública, coarctando-se a continuidade da atuação delitiva organizada.

Com efeito, neste momento preambular, não se pode deixar de observar, sob pena de se criar perspectiva de vulneração da ordem pública, que, conforme auto de exibição de fls. 275/278, foram apreendidos no total: R\$ 2.033,85 (dois mil e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), cerca de 13g (treze gramas) de maconha, aproximadamente 121,07g (cento e vinte e um gramas e sete decigramas) de crack e, cerca de 37,76g (trinta e sete gramas e setenta e seis centigramas) de cocaína. Além disto, foram encontrados apetrechos típicos de quem exerce o tráfico de drogas, tais como: um caderno com anotações, um simulacro de arma de fogo, uma garrafa contendo insumo (normalmente misturado ao tóxico para aumentar seu volume), um rolo de papel filme (usado para embalar a droga), diversos sacos plásticos do tipo sacolé (também utilizados para embalar tóxicos), 03 (três) rádios transmissores do tipo HT, da marca Motorola e 04 (quatro) aparelhos de telefonia celular.

O auto de constatação (fls. 279/281) apontou se tratar realmente dessas substâncias.

Cumpre considerar, ainda, a natureza da droga, sabendo-se que a cocaína e o crack, em particular, são entorpecentes de alta potência e especialmente nocivos.

Ademais, a diversidade de tipos de entorpecentes indica, inclusive, perspectiva de profissionalismo, pois, no mais das vezes, corresponde ao intuito de ampliar o espectro de possíveis compradores, abarcando pessoas de gostos diferentes. E ainda, a forma como estavam

acondicionados (porções individuais) permite vislumbrar, em tese, que tais porções eram destinadas ao comércio ilícito.

Apreenderam-se, também, mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em espécie, como normalmente se dá no exercício do comércio ilícito, com perspectiva de se tratar do produto da venda de algumas porções e de numerário destinado a garantir a disponibilidade de troco nas negociações. E, alguns dos corréus admitiram que realmente se tratava de renda do tráfico.

Anote-se que a existência de dinheiro em espécie e a apreensão de apetrechos típicos da traficância, além de um rádio HT são, em tese, características do comportamento de traficantes contumazes, atribuindo credibilidade, em tese, à sustentada existência de uma associação criminosa voltada ao comércio ilícito (na qual o paciente teria função de liderança).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator